

Combate a infrações ambientais são destaques no Piauí

Só este ano foram 21 operações, número quase 10% maior que o registrado em 2024



O Piauí registrou uma queda de 68% no desmatamento ilegal

O Piauí encerra 2025 com um dos balanços ambientais mais positivos da última década: o estado registrou queda expressiva no desmatamento ilegal e ampliou de forma inédita o número de operações de fiscalização. A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) realizou 21 ações ao longo do ano, crescimento de quase 10% em relação ao ciclo anterior, reforçando a atuação do poder público em áreas historicamente marcadas por pressão sobre a vegetação nativa. O avanço não se limita ao aspecto administrativo. No primeiro semestre, o estado contabilizou redução de 68% no desmatamento ilegal, resultado atribuído à presença constante das equipes de fiscalização, ao uso de monitoramento por imagens e à resposta rápida a alertas ambientais emitidos ao longo do território.

A queda significativa nos índices tem sido tratada pelo

governo como sinal de que o modelo de fiscalização adotado desde o início da gestão começa a consolidar um novo padrão de controle ambiental. As operações, antes concentradas em períodos específicos, tornaram-se contínuas e passaram a abranger regiões mais remotas, incluindo matas ciliares, áreas de veredas, nascentes e zonas de transição entre Cerrado e Caatinga. A estratégia reduz a reincidência de infrações e pressiona atividades predatórias que, por muitos anos, avançaram pela ausência de fiscalização permanente.

Para a equipe de fiscalização da Semarh, o desempenho alcançado em 2025 demonstra a eficácia da integração entre tecnologia e trabalho de campo.

O uso de sistemas de monitoramento em tempo real permite o cruzamento de dados, a identificação de áreas críticas e a chegada das equipes antes que o dano ganhe proporção maior.

A metodologia vem sendo ajustada para tornar as operações mais estratégicas, priorizando regiões onde a supressão irregular da vegetação apresentava crescimento recorrente.

O governo também ampliou a estrutura das ações em campo. Equipes especializadas passaram a atuar de forma coordenada, com reforço de técnicos, equipamentos e protocolos de resposta rápida.

Essa combinação possibilitou que o estado alcançasse áreas onde a presença institucional era rara, criando um efeito de dissuasão entre grupos que operavam na clandestinidade. Em diversos pontos, a simples circulação de equipes reduziu tentativas de novos desmates, modificando a dinâmica de ocupação irregular do território.

A intensificação do trabalho trouxe ainda impactos econômicos e sociais. Com maior rigor sobre atividades ilegais, produ-

tores e proprietários passaram a buscar regularização de processos relacionados ao uso da terra, diminuindo conflitos e fortalecendo a gestão ambiental. Ao mesmo tempo, a preservação de áreas estratégicas, como nascentes e matas ciliares, garante melhor qualidade dos recursos hídricos e reduz riscos associados à erosão e ao assoreamento de rios, fatores que afetam diretamente o abastecimento e a produção agrícola.

Outro eixo de atuação tem sido o fortalecimento da orientação e da educação ambiental. Técnicos da Semarh vêm realizando encontros regionais com produtores, associações e gestores municipais para esclarecer regras, apresentar alternativas de manejo sustentável e explicar procedimentos para autorizações legais. A abordagem busca diminuir a resistência às fiscalizações e aproximar comunidades do processo de preservação, reforçando o entendimento de que a proteção

ambiental é parte da estratégia de desenvolvimento do estado.

A participação direta da cúpula da Semarh tem sido central na manutenção do ritmo das ações. A pasta avalia que os indicadores de 2025 confirmam um novo ciclo da política ambiental piauiense, baseado em presença permanente do Estado, investimentos em tecnologia e planejamento territorial. Segundo a gestão, o compromisso é manter a curva de queda do desmatamento ilegal também nos próximos anos, consolidando práticas de prevenção e resposta que reduzam riscos de retrocesso.

Embora o ano ainda não tenha sido encerrado, a avaliação é que o Piauí caminha para registrar o menor índice de desmatamento ilegal dos últimos anos. O governo local afirma que as operações continuarão até o fim da estação seca, período em que a pressão sobre a vegetação tende a aumentar.

Banco do Nordeste define microcrédito rural como tema de Prêmio de Jornalismo

O Banco do Nordeste (BNB) divulgou, na segunda-feira, 8, o tema do Grande Prêmio Nacional da 20ª edição do Prêmio Banco do Nordeste de Jornalismo em Desenvolvimento Regional. O microcrédito rural será o assunto da principal categoria, cuja premiação é de R\$ 38 mil. Podem concorrer os trabalhos jornalísticos de qualquer tipo de mídia produzidos em todo o País e que retratem ações executadas na área de atuação do BNB - estados nordestinos e parte de Minas Gerais e Espírito Santo.

Além da categoria principal, o Prêmio Banco do Nordeste de Jornalismo contemplará valores individuais de R\$ 3 mil a R\$ 23 mil pagos a outros 29 materiais que tratem do tema geral "desenvolvimento regional". As

vertentes do assunto incluem expansão de crédito, empreendedorismo urbano e rural, geração de empregos, ocupação e renda, tecnologia e inovação, investimentos em infraestrutura, responsabilidade socioambiental e manifestações culturais.

Serão premiados jornalistas profissionais e estudantes universitários que tenham material publicado ou veiculado nos estados de atuação do Banco e um profissional com atuação extrarregional. Os trabalhos inscritos devem ser enquadrados em uma das categorias: texto, fotografia, áudio, audiovisual e projetos multimídia.

As inscrições poderão ser feitas entre 5 de janeiro e 31 de março de 2026. Para concorrer, o conteúdo noticioso precisa



Agência Brasil

O microcrédito rural será o assunto da principal categoria

ser inédito e publicado em território nacional no período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de março de 2026.

Ao todo, as 30 categorias irão pagar R\$ 290 mil em premiação.

Prêmios estaduais

Na categoria estadual, haverá dois trabalhos vencedores por estado em que o BNB atua, sendo um para comunicadores profissionais e um para estu-

dantes universitários. O tema será aberto às vertentes do desenvolvimento regional com disputa entre todos os inscritos daquele estado, independentemente da mídia inscrita.

A categoria Nacional contempla o Grande Prêmio Nacional (no valor de R\$ 38 mil). As categorias Nacional Texto, Nacional de Fotografia, Nacional de Áudio, Nacional de Audiovisual e Nacional de Projetos Multimídia pagarão premiação entre R\$ 14 mil e R\$ 23 mil. A categoria estadual irá premiar um trabalho com o valor de R\$ 10 mil para os profissionais de Comunicação e R\$ 3 mil para os estudantes universitários dos cursos de Comunicação Social ou Jornalismo. A premiação nacional para trabalho acadêmico pagará R\$ 6 mil.